



A Santa Sé

DISCURSO DO SANTO PADRE AOS MEMBROS DA JUNTA E DO CONSELHO REGIONAL DO LÁCIO

Sábado, 31 de Janeiro de 1998

Senhor Presidente da Junta Regional

Senhor Presidente do Conselho Regional

Ilustres Membros da Junta e do Conselho

Excelentíssimas Senhoras e Senhores!

1. Segundo um alegre costume, no início de cada novo ano tenho o prazer de acolher a Administração regional do Lácio nas pessoas dos seus representantes, para uma troca de felicitações que exprime o profundo ligame entre a Região e o Bispo de Roma. Para cada um de vós e para os vossos familiares formulo os melhores votos de serenidade e de bem e desejo um perfeito cumprimento da tarefa institucional a vós confiada. Saúdo, em particular, o Presidente do Conselho Regional, Deputado Luca Borgomeo. Exprimo, além disso, gratidão ao Senhor Presidente da Junta, Deputado Piero Badaloni, pelas amáveis expressões que dirigiu em vosso nome, e agradeço a todos vós a vossa presença.

2. Faltam já menos de dois anos para o *Grande Jubileu do Ano 2000*. Com vivo apreço escutei as palavras acerca do empenho com que estais a trabalhar na preparação desta meta histórica, e agradeço-vos tudo o que estais a realizar nos vários sectores da vossa competência. Fazei com que, graças também ao vosso contributo, os peregrinos e os visitantes, mas em primeiro lugar os habitantes da região, possam viver esse evento extraordinário como ocasião de renovação espiritual e social.

O Ano Santo constitui, de facto, uma ocasião providencial, também no plano civil, para promover uma sociedade mais justa, que jamais perca de vista a pessoa humana, com os seus direitos e os seus deveres, como recordei na Mensagem para o Dia Mundial da Paz deste ano, quinquagésimo da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A pessoa deve estar no centro de todo o projecto social (cf. n. 3). Os grandes desafios no plano mundial verificam-se

também, feitas as devidas proporções, no âmbito da vossa competência. Penso, por exemplo, naqueles de assegurar uma globalização na solidariedade (cf. *ibid.*), de promover a cultura da legalidade e contrastar a corrupção (cf. n. 5), de prever e combater a usura (cf. n. 6).

«Indivíduos, famílias, comunidades, nações, todos são chamados a viver na justiça e a trabalhar pela paz. Ninguém pode eximir-se desta responsabilidade» (n. 1). Depois, quem exerce um cargo de governo tem uma especial oportunidade para oferecer o próprio contributo à obtenção destes importantes objectivos e, portanto, ao desenvolvimento de uma autêntica democracia. Esta, com efeito, «só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma recta concepção da pessoa humana. Ela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos, através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da "subjectividade" da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade» (*Centesimus annus*, 46).

3. Durante os nossos encontros anuais tornou-se como que obrigatório falar a respeito da questão do trabalho, que constitui a prioridade na agenda dos governos das nações europeias, e absorve também boa parte das vossas energias.

Para a consecução de um pleno e digno emprego a autoridade pública deve concorrer, tanto directa como indirectamente, criando as condições favoráveis ao livre exercício da actividade económica, de maneira a levar a uma oferta abundante de oportunidades de empregos e de fontes de riqueza. Directamente e segundo o princípio de solidariedade, pondo em defesa do mais débil algumas limitações à autonomia das partes, que decidem das condições de trabalho, e assegurando em todo o caso um mínimo vital ao trabalhador desempregado.

«Os jovens que a sociedade marginaliza, compreendidos os numerosíssimos imigrados e os que são escravos de perigosos desvios, devem ser dirigidos para o caminho do trabalho, a fim de que o valor da sua humanidade seja promovido e respeitado» (*Discurso à Assembleia «Formação profissional e solidariedade social, no centenário da Rerum novarum»*, 1 de Dezembro de 1990: *L'Osserv. Rom.* ed. port. de 13/1/91, pág. 20). Faço votos por que ao empenho dos Centros de formação profissional de inspiração cristã, que não cessam de exercer uma função mais do que nunca importante para a educação da juventude, seja sempre reservada a devida atenção tanto da parte da iniciativa privada como das instituições públicas.

4. Outro delicado sector para o qual desejo chamar a vossa atenção, é o da saúde e, de modo particular, da colaboração entre a administração pública e as instituições católicas.

A Igreja, fiel ao exemplo e ao mandato de Cristo, sempre manifestou uma especial solicitude para com os doentes. Em todas as épocas a comunidade eclesial deu vida a múltiplas instituições de saúde e assegurou uma qualificada presença nos hospitais públicos. É muito importante que em Roma e no Lácio esta efectiva colaboração continue e, antes, se desenvolva. É dever da Administração Regional sustentar estas instituições beneméritas, que prestam um alto serviço a favor da sociedade, destinando-lhes as devidas contribuições e permitindo-lhes continuar a trabalhar com serenidade, em adesão às suas inspirações ideais.

5. Além disso, aproveito a ocasião deste encontro convosco para renovar um apelo em favor da família. Sabeis quanto

me está a peito esta célula primária da sociedade, estrutura fundamental da civilização e da vida de uma nação. Todo o bom administrador público, com maior razão se ele faz referência a uma ética cristã, não pode deixar de ter a família como «prisma», por assim dizer, através do qual considerar todos os problemas sociais.

Reafirmo, portanto, que «é urgente promover não apenas políticas para a família, mas também políticas sociais, que tenham como principal objectivo a própria família, ajudando-a, mediante a atribuição de recursos adequados e de instrumentos eficazes de apoio quer na educação dos filhos quer no cuidado dos anciãos, evitando o seu afastamento do núcleo familiar e reforçando os laços entre as gerações» (*Centesimus annus*, 49).

O apelo em favor da família alarga-se depois logicamente para aquele correlativo em favor da escola, que as famílias têm direito de escolher para os seus filhos. A Igreja jamais se cansará de recordar esse direito dos pais e o dever, portanto, das autoridades públicas de tornar efectivo esse direito, favorecendo e sustentando uma autêntica paridade escolar.

6. Ilustres Senhoras e Senhores, faço votos por que, em todos os sectores, haja sempre a mais ampla colaboração entre a Administração regional e as autoridades eclesiásticas em todos os níveis. Espero, além disso, que cada pessoa crente ofereça generosamente a sua contribuição para a construção de um futuro, segundo a real dimensão do homem.

Renovo a cada um de vós, de todo o coração, os meus votos de todo o bem, pedindo que os leveis às vossas famílias e colaboradores, e sobre todos invoco de bom grado a bênção do Senhor.